

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: VIÇOSA/MG - O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL BENJAMIN JOSÉ CARDOSO (COELHAS I)

Gabriel Alencar Zeni – Departamento de Ciências Sociais – UFV – gabriel.zeni@ufv.br

Jeferson Boechat Soares – Departamento de Ciências Sociais – UFV – jeferson.boechat@ufv.br

João Pedro dos Anjos Paixão – Departamento de Arquitetura – UFV - joao.anjos@ufv.br

ODS 10
Categoria: Pesquisa

Introdução

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, representou uma mudança significativa nas políticas habitacionais brasileiras, ao priorizar famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos. Em Viçosa/MG, o Conjunto Habitacional Benjamin José Cardoso (Coelhas I) foi o primeiro empreendimento do programa. Este estudo investiga sua efetividade em perspectiva pós-ocupação, analisando tanto os avanços no acesso à moradia quanto as limitações estruturais, políticas e urbanísticas. A análise é sustentada pelo diálogo com Lefebvre (1968) sobre o direito à cidade, Corrêa (2003) e Maricato (2002) sobre agentes produtores do espaço urbano, e Bobbio (1986) sobre poder invisível.

Objetivos

O objetivo central desta pesquisa é avaliar a efetividade do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Viçosa/MG, tomando como estudo de caso o Conjunto Habitacional Benjamin José Cardoso (Coelhas I), inaugurado em 2011. Para isso, buscou-se compreender como o processo de implementação foi conduzido, identificando os principais atores e interesses envolvidos. Além disso, analisou-se a adequação da localização escolhida, a integração do conjunto ao espaço urbano e a qualidade da infraestrutura oferecida aos moradores. Também procurou-se discutir os impactos do programa no campo da transparência e da participação popular, bem como suas implicações para a promoção da justiça socioespacial no município.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem qualitativa, tendo como principal estratégia a análise documental, incluindo atas do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social, legislação urbanística e registros da prefeitura. Além disso, realizou-se uma revisão narrativa de literatura em bases como Scielo, Google Acadêmico e Locus UFV, que forneceu subsídios teóricos para compreender a política habitacional em Viçosa/MG. O estudo fundamenta-se nas reflexões de Lefebvre (1968) sobre o direito à cidade, Corrêa (2003) e Maricato (2002) sobre os agentes produtores do espaço urbano, Bobbio (1986) e Faoro (1993) acerca do poder invisível e do patrimonialismo, e Nunes (2003) sobre as gramáticas políticas brasileiras.

Resultados e Discussão

Fruto do Programa Minha Casa Minha Vida, os resultados mostram que, embora, a política pública tenha ampliado o acesso à moradia em Viçosa/MG, a implementação do Conjunto Habitacional Benjamin José Cardoso (Coelhas I) apresentou sérias limitações. A escolha do terreno atendeu a interesses fundiários e imobiliários, refletindo práticas patrimonialistas (Faoro, 1993) e clientelistas (Nunes, 2003), em um processo pouco transparente, conforme critérios analíticos propostos por Bobbio (1986). A localização periférica reforçou a segregação socioespacial, Lefebvre (1968) e Harvey (1989), enquanto a ausência de infraestrutura e de equipamentos públicos dificultou a integração dos moradores, conforme observa Maricato (2002) ao discorrer sobre a urbanização desigual no Brasil. A frágil participação popular e a falta de fiscalização revelaram práticas que comprometeram a efetividade do programa.

Considerações Finais

Conclui-se que, apesar de sua relevância na ampliação do acesso à moradia, o PMCMV em Viçosa/MG reforçou padrões históricos de segregação socioespacial e evidenciou a persistência de práticas patrimonialistas e clientelistas no campo das políticas habitacionais. A experiência do Coelhas I demonstra que a ausência de planejamento urbano integrado, de mecanismos efetivos de participação popular e de transparência no processo de implementação compromete significativamente a efetividade da política. Torna-se necessário fortalecer instâncias de controle social, ampliar a participação dos beneficiários desde as etapas iniciais e adotar critérios técnicos e públicos para a escolha de terrenos e a definição de projetos, de modo a assegurar que programas habitacionais futuros contribuam para a promoção da justiça socioespacial e do direito à cidade.

Bibliografia

BOBBIO, N. O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Pensamento Crítico, 1986.
CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.
FAORO, R. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. Revista USP, São Paulo, n. 14, p. 14-29, 1993.
HARVEY, D. The Urban Experience. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.
LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro Editora, 1968.
MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori (org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. São Paulo: Editora Vozes, 2002. p. 121-192.
NUNES, E. gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
SECCHI, L. Políticas Públicas (Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos). São Paulo, Cengage, 2011.